

**PORTARIA Nº 1, de 22 de março de 2013**

**INSTITUI a quesitação para resposta pelos Peritos-Médicos em caso de benefício assistencial (LOAS)**

**O DOUTOR LEONARDO RESENDE MARTINS, Juiz Federal Titular da 14ª Vara, no uso de suas atribuições e**

**CONSIDERANDO**

as modificações ocorridas na legislação que regula o benefício assistencial à pessoa com deficiência (LOAS) e a necessidade de adaptação dos quesitos às especificidades do referido benefício;

que a legislação passou a conferir ao termo "deficiente" um sentido multidimensional, a partir da compreensão da saúde em seus aspectos físicos, mentais e sociais;

as decisões recentes da Turma Recursal que entendeu que os quesitos até então utilizados são insuficientes como guias para os laudos periciais,


**RESOLVE:**

Art. 1º. Os quesitos a serem respondidos pelos Peritos, relativamente aos processos que tenham como objeto a concessão ou o restabelecimento de benefício assistencial (LOAS) previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e alterações posteriores, passam a ser aqueles constantes no Anexo único desta Portaria.

Parágrafo único. O quesito nº 9, constante no Anexo único, somente dever ser respondido quando se tratar de pedido de benefício assistencial (LOAS) formulado por pessoas de até 16 anos.

Art. 2º. Ficam mantidas as exigências previstas na Portaria nº 4, de 12 de agosto de 2009, naquilo em que não se contrapuserem às disposições desta Portaria.

CIENTIFIQUEM-SE  
PUBLIQUEM-SE  
CUMPRA-SE

  
LEONARDO RESENDE MARTINS  
JUIZ FEDERAL TITULAR – 14ª VARA

## QUESITAÇÃO PARA FINS DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

### SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DO(A) PERICIANDO(A):

1. Quais os documentos de identificação com foto (RG, Carteira de Motorista, Carteira Profissional *etc.*) que foram apresentados ao(a) Sr.(a.) Perito(a), para se comprovar que, de fato, o(a) autor(a) da ação é aquele(a) que se apresenta para a realização da perícia médica?
2. O(A) periciando(a) possui algum grau de parentesco, já foi atendido(a) anteriormente pelo Sr.(a) Perito(a) ou possui alguma outra relação que justifique a existência de impedimento ou suspeição para a sua atuação como perito médico de confiança do juízo? Esclareça-a.

### SOBRE A EXISTÊNCIA DE EVENTUAL PERDA OU ANORMALIDADE NAS ESTRUTURAS E FUNÇÕES DO CORPO:

3. O(A) periciando(a) é portador(a) de alguma doença, lesão ou seqüela? Indique-a pela sua denominação e pelo código CID 10, esclarecendo a sua origem (hereditária, congênita, acidentária, inerente à faixa etária *etc.*).
4. Quais os sintomas, os sinais e os exames que comprovam o diagnóstico?
5. É possível dizer quando o(a) periciando(a) adquiriu a enfermidade? Esclareça quais elementos técnicos o levaram a concluir pela data do início da doença (DID) do(a) periciando(a), comentando o grau de confiabilidade dos tais elementos.
6. Essa doença, lesão ou seqüela gera alguma perda ou anormalidade nas estruturas e/ou funções do seu corpo (física, mental, intelectual ou sensorial)? Qual(is)? E em que grau?

### SOBRE A EXISTÊNCIA DE EVENTUAIS IMPEDIMENTOS QUE RESTRINJAM O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES OU LIMITEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

7. Nos termos da CIF, a perda ou anormalidade verificada nas estruturas e/ou funções do corpo do(a) periciando(a) configura-se em si como impedimentos ao exercício de atividades laborais? Em caso afirmativo, indique as atividades que se encontram restringidas e o grau de restrição.
8. Nos termos da CIF, a perda ou anormalidade verificada nas estruturas e/ou funções do corpo do(a) periciando(a) configura-se em si como impedimentos que limitam a sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as demais pessoas? Em caso afirmativo, indique as atividades (aprendizagem e aplicação do conhecimento, comunicação, mobilidade, tarefas gerais, cuidados pessoais *etc.*) que se encontram limitadas e o grau desta limitação.
9. Caso o(a) periciando(a) apresente menos de dezesseis anos de idade, identifique se a perda ou anormalidade em suas funções e estruturas do corpo causa alguma limitação no desempenho de atividades (aprendizagem e aplicação do conhecimento, comunicação, mobilidade, tarefas gerais, cuidados pessoais, recreação *etc.*) compatíveis com a sua idade, notadamente se resta caracterizada uma restrição na sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as demais pessoas, especialmente com outras crianças/adolescentes.
10. Durante a perícia médica, foram identificados fatores pessoais (grau de instrução, experiência profissional, idade, condição econômica *etc.*) ou sociais (ligados ao

relacionamento com a família, com a comunidade próxima ao(a) periciando(a), com o mercado (custos de remédios ou tecnologias de acessibilidade) ou com o Estado (serviços públicos e políticas públicas) que se coloquem como barreiras acentuando os impedimentos ao exercício de atividades laborais ou à participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as demais pessoas?

11. Caso tenha sido constatada a existência de impedimentos ao exercício de atividades laborais ou ao desempenho de atividades, restringindo a participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as demais pessoas, identifique, por sua experiência profissional, um prazo mínimo durante o qual restarão mantidos os seus efeitos.
12. Caso tenha sido constatada a existência de impedimentos ao exercício de atividades laborais ou ao desempenho de atividades, restringindo a participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as demais pessoas, identifique a data de início destes impedimentos (DII), esclarecendo quais os elementos técnicos que o(a) levam a essa conclusão, comentando-lhe o grau de confiabilidade.
13. O(A) Sr.(a) Perito(a) identificou tentativa do(a) periciando(a) de simular ou exagerar suas queixas com o objetivo de alcançar o benefício desejado?

#### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

14. Indique o(a) Sr.(a) Perito(a) outras considerações que entender necessárias ao caso em foco.